

Exma. Senhora Presidente da Comissão de Agricultura e Pescas

Deputada Emília Cerqueira

ASSUNTO: Audição urgente ao Senhor Ministro da Agricultura e Pescas a propósito da aprovação da Lei Orgânica relativa ao Ministério que tutela

Empossado o novo Governo e, com ele, o novo Ministro da Agricultura e das Pescas, Dr. José Manuel Fernandes, persistem sobre o sector as mesmas dúvidas. Se em campanha se prometia tudo aos Agricultores de Portugal, foi surpreendente a desvalorização do mundo rural pelo novo Executivo: sentando em penúltimo lugar do protocolo ministerial o Dr. José Manuel Fernandes. O Primeiro-ministro parece despromover a agricultura - fundação da nossa soberania, da nossa prosperidade e da nossa segurança - a estação de semi-irrelevância. A decisão, de indisfarçável relevância simbólica, faz patente o que até aqui estivera na penumbra, e antecipa - para inquietação de quem pugna pelos interesses dos agricultores e pescadores de Portugal - um governo delas desinteressado.

Os motivos de preocupação sobrepõem o simbolismo. O currículo do novo titular da pasta convoca, igualmente, as dúvidas mais pungentes. Aqueles que em Portugal se dedicam à economia rural e do mar podem bem perguntar-se se o Dr. José Manuel Fernandes - Engenheiro Informático de formação, Eurodeputado há 15 anos - compreende, ou pode até compreender, as complexidades do mundo para que foi agora impelido. A experiência recomenda o pessimismo.

A iminente publicação da nova Lei Orgânica do Ministério da Agricultura e Pescas largamente justifica, da parte do novo Ministro, que se preste aos deputados da Nação esclarecimento quanto às prioridades do Governo para o sector. A coligação vitoriosa nas eleições do passado dia 10 de Março, sustento hoje do Governo de Portugal, firmou importantes compromissos de

projectos por ocasião da campanha eleitoral, mas grande parte desses projectos não foram transplantados para o Programa de Governo.

Impõe o interesse do Estado que se saiba se o Ministro empossado agora empossado mantém as mesmas preocupações norteadoras. Persiste o propósito de restituir às direcções regionais de agricultura e pescas (DRAPs) as competências entretanto atribuídas às comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDRs)? Persiste o objectivo, de que forma e em que prazo, repetidas vezes afirmado em campanha eleitoral, de reprogramar o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum? Persiste a vontade de devolver, do Fundo Ambiental, os fundos de agricultura dele insensatamente desviados? Sobre a Auto-estrada da Água, projecto salvífico e essencial para o porvir da agricultura em Portugal, deve o país ter presente a posição anteriormente assumida pelo PSD, que se lhe opôs, ou a do Eng. Eduardo Oliveira e Sousa, porta-voz *de facto* da Aliança Democrática em matéria agrícola nas últimas eleições, que com ela reiteradamente se alinhou? As questões carentes de resposta, com efeito, multiplicam-se. Vemo-las, igualmente, em matéria florestal. Mantém o Governo de Portugal o propósito de compensar adequadamente os produtores pelo sequestro de carbono nas suas florestas? Podem os empresários florestais portugueses esperar, por fim, que se ponha justo cobro à perseguição sem sentido, ideológica e contraproducente, imposta hoje às espécies silvícolas - justamente as que maior rendimento produzem e, pois, as que mais fazem por um virtuoso ordenamento do território português? Nas pescas, actividade de tão antiga, funda e essencial tradição portuguesa, confirma-se o bizarro ensejo de pretender - contra a realidade e os interesses mais urgentes de quem faz do mar a sua vida - a descarbonização da frota pesqueira? Todos estes receios devem ser imediatamente aquietados.

A crise explosiva que vivem os sectores tutelados pelo Ministro José Manuel Fernandes manifestou-se, em meses recentes, por via de acções de protesto - mesmo de bloqueio - de raro precedente em Portugal. Fundamental será, por conseguinte, que o titular da pasta possa esclarecer os representantes eleitos do povo português quanto às linhas essenciais a prosseguir pelo Governo incumbente.

Sendo a Comissão de Agricultura e Pescas da Assembleia da República a instância preferencial para essa auscultação, requer o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA, ao abrigo das disposições regimentalmente aplicáveis, audição urgente ao Senhor Ministro

da Agricultura e Pescas.

Palácio de São Bento, 24 de Abril de 2024

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido CHEGA

Pedro dos Santos Frazão

Diva Ribeiro

Eliseu Neves

Jorge Galveias

João Graça

Luísa Areosa

Miguel Arruda

Nuno Gabriel